



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12897 - Painel Temático - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

Painel Temático

PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS UNIVERSIDADES

Roseli Rodrigues de Mello - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Neiva Furlin - UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA

Carolina dos Santos Bezerra Perez - UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

Juliana Barbosa Consonni - UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

Roseli Rodrigues de Mello - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS UNIVERSIDADES.

Autoras

Neiva Furlin - Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)

Carolina dos Santos Bezerra Perez – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Juliana Barbosa Consonni – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Roseli Rodrigues de Mello – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Coordenadora

Roseli Rodrigues de Mello – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Resumo do painel

A violência de gênero nas universidades é um fenômeno mundial, embora seu reconhecimento, enfrentamento e prevenção receba tratamentos diferentes nos diversos

países. No Brasil, a produção sobre o tema é recente, assim como as ações realizadas pelas diferentes instituições. Por todo o território brasileiro, os coletivos feministas têm sido os principais agentes de prevenção e de enfrentamento da violência de gênero nas universidades, faltando às instituições uma tomada de posição mais efetiva sobre o tema. Neste painel, as autoras, pesquisadoras de diferentes regiões e instituições, com base teórica diversificada, apresentam resultados e discussão a respeito de como as universidades brasileiras vêm ou não se comprometendo com o tema, como a violência impacta diferentes mulheres quando se analisam os dados com base em interseccionalidade de raça, gênero e classe social, e como as amizades entre estudantes tem sido fator altamente protetivo entre mulheres nas universidades. O primeiro trabalho traz dados sobre políticas e suas ausências nas universidades federais brasileiras. O segundo trabalho traz vozes de mulheres de diferentes universidades brasileiras sobre a violência de gênero e seu enfrentamento nas universidades e, por fim, o terceiro trabalho traz a voz de estudantes de universidades paulistas que revelam como o desenvolvimento de amizades na universidade pode ser fator de risco ou de proteção, dependendo da qualidade destas amizades. O painel pretende provocar debate e reflexão sobre como as universidades brasileiras podem se tornar mais engajadas para se constituírem espaços livres de violência.

Palavras-chave: Violência de gênero; universidades; políticas institucionais; interseccionalidade; prevenção.

Políticas institucionais para o enfrentamento das violências de gênero em universidades brasileiras ^[i]

Neiva Furlin, Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)

Palavras-chave: Violência de gênero; universidades; políticas institucionais.

Introdução

As universidades ao longo de muitos séculos foram redutos masculinos, lugar de onde se produziram discursos científicos que legitimavam a exclusão das mulheres dos espaços de construção de saberes. Tal realidade começou a mudar a partir da década de 1970, cujo fenômeno esteve vinculado às transformações socioculturais e às mobilizações feministas que reivindicavam direitos para mulheres.

A universidade, como lugar de poder e de status social, até então interdita para alguns grupos sociais (mulheres, negros/as, população LGBTQI+) foi sendo transformada pelo avanço do feminismo, pelos processos de industrialização e, recentemente, intensificada pelas políticas de cotas, Sistema de Seleção Unificada (SISU), Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) e a outros programas sociais que permitiram a entrada dessas pessoas (SOUZA; COSTA, 2022). A presença quantitativa desses outros sujeitos na universidade, em um lugar da produção do conhecimento e da formação profissional e cidadã, foi acompanhado por relações desiguais, sexismo e processos de discriminação, assédio sexuais e outros tipos de violência, nem sempre tão visíveis. Contudo, a ampliação do acesso à universidade não foi acompanhada por “políticas de enfrentamento ao assédio, ao machismo, ao racismo e a misoginia.” (SOUZA; COSTA, 2022, p. 496)

No âmbito da sociedade, a violência, a discriminação e a desigualdade de gênero, nos últimos anos, tem se transformado em um problema público, objeto de atenção do Estado na formulação de políticas públicas para o seu enfrentamento. Acabar com todas as formas de discriminação e eliminar a violência contra todas as mulheres e meninas, nas esferas públicas e privadas, são metas do quinto Objetivo Sustentável da Agenda 2030 da Organizações das Nações unidas (ONU).

A universidade, apesar de ser local da construção do conhecimento e do pensamento crítico, não tem ficado imune ao fenômeno da violência de gênero, já que nesse lugar se refletem as estruturas da cultura machista e patriarcal da sociedade. De acordo com Souza e Costa (2022, p. 495), a universidade, como parte da sociedade, “reproduz as exigências sociais, a desigualdade de gênero e os valores machistas e patriarcais que nela imperam e é nessa lógica que o assédio se (re)produz.” Esse fato requer a criação de políticas institucionais para combater a discriminação, a violência e promover mudanças socioculturais, pautadas na igualdade e equidade de gênero.

Porto (2017) ressalta que no ambiente universitário a violência ainda não é reconhecida como violência, isso porque no senso comum se concebe que neste lugar, habitado por pessoas intelectuais, as mulheres estariam mais seguras. Contudo, a

invisibilidade dos processos da violência não impede a materialização de suas consequências como o abandono do projeto acadêmico ou do curso, sofrimento psíquico, depressão, insônia e suicídio.

A violência de gênero, como resultado de relações de poder (SCOTT, 2019) se reproduz também no interior das instituições acadêmicas e, esse fenômeno, no Brasil, começou a se tornar mais evidente a partir de 2015, quando mulheres em algumas universidades passaram a denunciar as violências a que foram submetidas (PORTO, 2017). É importante ressaltar que a violência de gênero diz respeito a qualquer “tipo de violência (física, social ou simbólica) que tenha por base a organização social dos sexos e que seja perpetrada contra indivíduos especificamente em virtude do seu sexo, identidade de gênero ou orientação sexual.” (SARDENBERG; TAVARES, 2016, p. 8)^[ii]. Indubitavelmente essas ações violentas em todas as suas formas têm maior incidência sobre os corpos femininos, seja no âmbito privado/familiar, como nos espaços públicos e de trabalho.

Bandeira (2019) considera que a noção “violência de gênero” tem dupla dimensão, ou seja, é um fenômeno social e uma categoria de análise, pelo vasto campo de reflexão que foi aberto para a pesquisa científica. A publicitação deste fenômeno, no âmbito das universidades, levantou o debate sobre a necessidade da construção de políticas e/ou mecanismos para o enfrentamento das violências que ocorrem no ambiente universitário.

Assim sendo, o objetivo deste trabalho é dar visibilidade ao mapeamento acerca das políticas institucionais criadas no interior de universidades brasileiras para o enfrentamento do sexismo, da discriminação e das violências de gênero e as ações que são realizadas para esse fim.

Justifica-se a importância deste trabalho por dar visibilidade a um problema social que vem ocorrendo no interior das universidades e da necessidade de estratégias de enfrentamento por meio da criação de políticas institucionais. Esta pesquisa vem somar-se aos esforços para ampliar as investigações sobre a violência de gênero nas universidades, uma vez que, segundo Lima e Ceia (2022), no contexto nacional ainda existe uma escassez generalizada de pesquisas e de dados acerca desse fenômeno, que tem impactado na permanência de mulheres na educação superior, ou mesmo na continuidade de seus projetos acadêmicos de pesquisa o que, em certa medida, também revela que a negligência sobre o tema é grande. Isso se torna importante no sentido de fazer circular práticas que podem ser multiplicadas em todas as universidades.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratória documental^[iii]. O campo de estudo são as universidades federais e as Estaduais das Regiões Sul e Sudeste do Brasil. A coleta de dados públicos foi realizada por meio de várias estratégias, tais como: consulta aos sites das instituições acadêmicas, site de busca do google, com o uso de descritores específicos. Para confirmar dados que poderiam não ser encontrados por falta de atualização dos sites das universidades, foi enviado um e-mail a gestores estratégicos das instituições e um questionário elaborado no google forms solicitando informações e links em que fosse possível acessar dados acerca da existência de mecanismos de gênero. Os dados são sistematizados e codificados segundo a proposta da análise temática e interpretados com base nos tratados jurídicos internacionais e nos referenciais teóricos dos estudos de gênero,

nas concepções que envolvem as relações de poder.

Primeiros dados sobre os mecanismos nas Universidades Federais ^[iv]

Os resultados parciais apontam que das 69 Universidades Federais, espalhadas pelo território nacional, somente 18 possuem alguma política institucional com ações voltadas ao acolhimento e enfrentamento das violências de gênero que ocorrem no interior das instituições acadêmicas. E, essas universidades estão mais concentradas na Região Sul. Contudo, é importante ressaltar que os dados encontrados podem não corresponder à realidade, porque os sites das instituições de ensino superior nem sempre estão atualizados e nem todas responderam aos e-mails e questionários enviados. Apesar disso, considera-se que os dados apontam para um retrato aproximado desta realidade.

Os resultados mostram que a institucionalização dessas políticas nas universidades é algo muito recente, tendo sua maior expressão no período de 2016 a 2022. Uma das explicações para essa ampliação a partir de 2016 pode ser o reflexo das múltiplas denúncias de abuso e assédio sexual que ocorreram nos últimos anos, sobretudo a partir do ano de 2015, quando em algumas universidades as mulheres começaram a denunciar as violências vividas (PORTO, 2017). Outra questão que temos evidenciado é que essas políticas institucionais têm ocorrido também com a pressão de coletivos feministas no interior das universidades ^[v]. Isso evidencia a importância da organização política das mulheres para questionar o sexismo e as relações de poder que se reproduzem no universo acadêmico, bem como para reivindicar ações de enfrentamento às dinâmicas culturais e estruturais que geram violência e desigualdades.

Desse modo, consideramos que o feminismo é hoje uma das ferramentas de luta democrática importante para questionar as estruturas e as relações de poder, em vista da construção da justiça e da democracia de gênero. De acordo com Heinrich Böll (2007) a democracia de gênero é um conceito normativo que postula direitos iguais, chances iguais no acesso aos recursos econômicos, políticos e culturais e, aqui, podemos acrescentar o direito de as mulheres viverem uma vida livre de violência, que é parte da justiça e democracia de gênero, de modo que todas as instituições sociais precisam estar comprometidas com processos de mudanças culturais. Assim, para construir a democracia de gênero se requer a renovação de estruturas sociais que reproduzem desigualdades, sexismo e violência, também no âmbito do espaço universitário, e uma dessas estratégias é a construção de políticas institucionais.

Algumas considerações finais

A partir dos achados, conclui-se que as políticas universitárias para o enfrentamento das violências são ainda insipientes, mas cada vez mais necessárias para oferecer às vítimas de assédio e abuso sexual acolhimento, proteção e encaminhamento de suas denúncias, sobretudo porque no espaço universitário ainda se reprimem, ou se desqualificam, as vozes que expõem as violências contra seus corpos femininos ou não binários. Políticas que também repercutem na produção de processos educativos de não violência e que garantem o direito da educação superior às mulheres e sua permanência na carreira acadêmica, conforme acenam os tratados internacionais em que o Brasil é signatário.

Enfim, a criação de políticas institucionais para o enfrentamento de violências são estratégias que abrem espaços para a reflexão no âmbito das universidades sobre as relações de poder e de gênero que criam hierarquias sociais e processos de violências, bem como para produzir novas práticas culturais e garantir os direitos humanos das mulheres e das comunidades LGBTQI+ a fim de que possam viver uma vida livre de violências.

Referências

BANDEIRA, Lourdes. Violência de Gênero: A construção de um campo teórico e de investigação. *In*: HOLLANDA, Heloísa. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**, Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p.293-314.

HEINRICH BÖLL STIFTUNG. Política de gênero faz a diferença: o futuro da política feminista e da democracia de gênero na Fundação Heinrich Böll. Barbara Unmüßig, Conselho Executivo. Tradução: Caroline Corso. Berlim: Heinrich Böll Stiftung – A Fundação Política Verde, p. 1-22, 2007.

LIMA, Melina M.Campos; CEIA, Eleonora Mesquita. **Violência de gênero nas universidades: um Panorama internacional do problema**. *In*: ALMEIDA Tânia M. Campos de; ZANELLO Valeska (ORGs.). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022, p 3-28.

PORTO, Madge. O enfrentamento da violência no ambiente universitário: uma experiência na Universidade Federal do Acre *In*: STEVENS, Cristina. et. al. **Mulheres e violência: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017. p. 384-399

SARDENBERG, Cecilia; TAVARES, Márcia. **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento**, Salvador: EDUFBA, 2016.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. 2019. p. 49-82.

SOUZA, Tatiana M. Carmo; COSTA, Carmem L. Políticas na academia para o enfrentamento às violências de gênero: sobre potências e manutenção de opressões. *In*: ALMEIDA Tânia M. Campos de; ZANELLO Valeska (ORGs.). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022, p. 493-509.

Pedagogias engajadas, propostas educativas: ações de escuta, prevenção e reeducação das relações de gênero no ambiente acadêmico.

Carolina dos Santos Bezerra Perez

(UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora /USP – Universidade de São Paulo)

Palavras-chave: violência de gênero; ensino superior; educação e direitos humanos.

Introdução

Nos últimos anos, as universidades têm sido foco de denúncias relacionadas a diferentes formas de violência de gênero. O assédio moral e sexual contra as mulheres no ambiente acadêmico é algo presente em várias universidades da América Latina e do mundo (ARAÚJO, 2017; ESTANQUE, 2017; CRUZ, 2018; GAMA, 2016; HIRSCH, 2017; INSTITUTO AVON, 2015; KRAKAUER, 2016; NASH, 2015; VILLEGAS, 2017; BELLINI, 2018; UNICAMP, 2018).

Com as transformações contemporâneas oriundas dos meios de comunicação, das redes sociais e da modificação no padrão de comportamento social e cultural existente nas relações e performatividades de gênero (BUTLER, 2019), observamos que as denúncias vêm se tornando cada vez mais frequentes. Campanhas realizadas nas redes sociais como #chegadefiufiu, #meuamigosecreto, #meuprimeiroassedio, #meucorponaoepublico, #meuprofessorabusador vêm trazendo visibilidade à questão, e colocando em cena termos como *cultura do estupro*, *assédio sexual* e *violência contra a mulher*. Também é importante compreender como esses termos estão sendo construídos e disseminados socialmente através de mídias alternativas como sites e blogues feministas, e mesmo nas mídias hegemônicas (ALMEIDA, 2017, 2019a, 2019b).

Compreendo que o presente trabalho se articula com a proposta da ANPED ao tratar sobre esse tema como um problema político que requer o diálogo entre academia e movimentos sociais, desvelando a disputa no campo das discussões sobre políticas de gênero, sexualidade, democracia, processos de subjetivação, contribuindo para a promoção de um debate que articule o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão nas universidades, visando retirar da invisibilidade e do silenciamento essas questões, denúncias e queixas.

A universidade não pode seguir potencializando que esses diversos corpos sejam desautorizados, subalternizados ou menosprezados, seja por meio de silenciamentos, processos de inferiorização que se baseiam no pacto narcísico da branquitude, da colonialidade do poder e de gênero, bem como da heterocisnormatividade compulsória que imputa às mulheres, aos negros, aos deficientes, corpos trans e dissidentes um tratamento que ignora, silencia e discrimina as diferentes epistemologias, ciências e conhecimentos trazidos por eles, impedindo-os de ter direito à fala, à palavra, bem como o acesso a espaços de poder dentro do ambiente acadêmico, perpetuando desigualdades estruturais no seu percurso educativo e formativo.

Metodologia

A metodologia utilizada partiu do trabalho de campo, de escuta e acolhimento empreendido pelo Coletivo Marielle Franco/UFJF, articulado com as entrevistas em profundidade realizadas com as vítimas/denunciantes/sobreviventes de várias universidades brasileiras, o que me possibilitou evidenciar as disputas existentes entre os termos e conceitos utilizados para nominação dos atos praticados, mostrando que além da violência, do assédio e do consentimento não serem categorias auto evidentes, incidem de maneira diversa nos diferentes corpos que circulam, habitam e se formam nesse espaço, a partir dos seus pertencimentos.

O trabalho de campo de cunho antropológico, articulou a análise e a interpretação dos dados, na perspectiva da pesquisa participante. Foram comparadas as diferentes estratégias de mobilização das vítimas, docentes e funcionárias em movimentos sociais e feministas, coletivos e associações, por meio da utilização de um formulário estruturado com respostas de múltipla escolha e perguntas abertas e entrevistas semiestruturadas em profundidade, para a descrição dos relatos. A pesquisa também cotejou o conjunto dos regimentos, regulamentos e legislações, se esses dispositivos legais refletem uma compreensão sobre a especificidade dessa violência e quais as respostas institucionais que foram dadas.

Ao focar nas narrativas sistematicamente silenciadas no espaço acadêmico, buscamos dar protagonismo e um lugar de fala para as pessoas afetadas pela violência de gênero; o registro dos relatos e das situações de violências vividas contribuem para a compreensão de como as interseções e os marcadores sociais da diferença problematizam e complexificam as violências a partir dos pertencimentos de gênero, étnico-racial, geracional, de classe, etc.

Resultados Preliminares

O agenciamento das relações de poder no ambiente acadêmico reforça a reprodução do elitismo, classismo, padrões de branquitude, processos de racialização e dos dispositivos de controle dos corpos e da sexualidade. Isso ressignifica a compreensão de como se constroem e operam as subalternidades nesse espaço/território e como essas marcas ficam inscritas no corpo.

A universidade opera uma lógica do lugar e compreende um campo de disputas que irá apresentar uma forma própria de estabelecer dimensões relacionais e construir subjetividades, que ensina, instrui, normatiza e molda, expressando os diferentes modos de ser e estar no mundo ontológica, epistemológica, intelectual e produtivamente.

Questionar essa prática reguladora é atentar para a transformação desses comportamentos no espaço acadêmico que, para além de expressar uma "cultura", reitera hierarquias, padrões de gênero e sexualidade e de uma moralidade que se aprende no currículo oculto presente nas universidades. Ao desvelarmos esses padrões temos condições de pensar a implementação de práticas educativas que acionem e articulem pedagogias mais engajadas, libertárias e libertadoras e que contribuam para a reeducação dos futuros (as) docentes, profissionais e pesquisadores/as.

Portanto, a presente proposta se enquadra no painel proposto ao focar os corpos em disputa nesse espaço, articulados com as questões políticas e contemporâneas que tem se valido do pânico moral e da ofensiva anti-gênero na América Latina como um todo, o que tem prejudicado a implementação de políticas públicas e institucionais que promovam a igualdade racial e de gênero, articulada com uma educação não-sexista e antirracista.

Referências

ALMEIDA, Heloisa Buarque. & MARACHINI, Laís. De médico e de monstro: disputas em torno das categorias de violência sexual no caso Abdelmassih. In: **Cadernos Pagu**, v. 50, p. Epub 18-Dez-2017.

ALMEIDA, Heloisa Buarque. Violence sexuelle et de genre à l'université: du secret à la bataille pour la reconnaissance. In: **Brésil (s): Sciences Humaines et Sociales**, n. 16, 2019a. Disponível em: <https://journals.openedition.org/bresils/5348>

ALMEIDA, Heloisa Buarque. Era só diversão? Disputas e violência sexual na mídia. Texto para apresentação no ST 38 - Sexualidade e gênero: política, agenciamentos e direitos em disputa, no **43º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2019b.

ARAÚJO, Catarina Pinto. **A Violência Sexual nos Estudantes Universitários Portugueses**. 2017. 61 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto Universitário, Portugal, 2017.

BELLINI, Daniela Mara Gouvêa. **Violência contra mulheres nas Universidades: contribuições da produção científica para sua superação** (Scielo e Web of Science 2016 e 2017). Dissertação (mestrado) -Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos, 2018. 136 f.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CRUZ, Elizabeth Franco et al. Don't Stay Silent: Network of Female Professors Against Gender Violence at University of São Paulo (USP). In: **Annual Review of Critical Psychology - Special Issue 'Sex and Power in the University'**, Vol. 15, 2018, p. 223-245. Disponível em: <https://sexpoweruniversity.wordpress.com/>

ESTANQUE, Elísio. A práxis do trote: breve etnografia histórica dos rituais estudantis de Coimbra. **Sociologia e Antropologia**. Rio de Janeiro, v. 7,n. 2, p. 429-458, Aug. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752017000200429&lng=en&nrm=iso .

GAMA, Joana Pires. **Violência sexual no campus universitário em Portugal**. 2016. 59 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto Universitário, Portugal, 2016.

HIRSCH, Paula Hernández; GASSET, Manuela Cisternas; VÁZQUEZ, Elisa Niño. Experiencias de Acoso Sexual en la Universidad de Chile. In: **XXXI Congreso ALAS - Asociación Latinoamericana de Sociología: Las encrucijadas abiertas de América Latina**. La sociología en tiempos de cambio. Uruguay. 3 a 8 de diciembre, 2017. (p.1-15)

INSTITUTO AVON. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. São Paulo: Instituto Avon/Data Popular, 2015. Disponível em: http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf. Acesso em 19 set. 2019.

KRAKAUER, J. **Missoula: o estupro e o sistema judicial em uma cidade universitária**. Tradução de Sara Grünhagen. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 473 p.

NASH, Claudio. **Orientaciones para enfrentar el Acoso Sexual en la Universidad de Chile.** Vicerrectoría de Extensión y Comunicaciones, y Oficina de Igualdad de Oportunidades de Género, de la Universidad de Chile, 2015. Disponible em: <http://web.uchile.cl/archivos/VEXCOM/AcosoSexual/#>

NASH, Claudio. **Respuesta Institucional ante el Acoso Sexual en la Universidad de Chile.** Vicerrectoría de Extensión y Comunicaciones, y Oficina de Igualdad de Oportunidades de Género, de la Universidad de Chile, 2015. Disponible em: <http://web.uchile.cl/archivos/VEXCOM/AcosoSexualU/#1/z>

UNICAMP. **Relatório Final.** Grupo de Trabalho Portaria Gr-83, 84 E 85/2017. Apresenta proposta de política para combater discriminação baseada em gênero e/ou sexualidade e violência sexual. Campinas, junho de 2018.

VILLEGAS, Camilla. **Acoso en el Campus. Violencia sexual en la comunidad de la Universidad de Chile,** 2017. Disponible em: <http://www.uchile.cl/noticias/124410/u-de-chile-presenta-primeros-resultados-de-estudio-de-acoso-sexual>

Prevenção de violência de gênero na universidade: o papel do grupo de pares e das relações de amizade

Juliana Barbosa Consonni – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)/Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Roseli Rodrigues de Mello – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Palavras-chave: violência de gênero; prevenção; universidade; grupo de pares.

Introdução

A violência contra meninas e mulheres é um fenômeno com altos índices de ocorrência em todo o mundo, independente da cultura e classe social. A maioria dos casos de violência acontece nos relacionamentos afetivo-sexuais, seja em relações estáveis ou esporádicas e se mostra muito frequente na juventude (WHO, 2021). A universidade tampouco é um espaço seguro para as mulheres, uma vez que neste contexto também ocorre a violência (RANGANATHAN et al., 2021). No Brasil, 67% de estudantes universitárias sofreram algum tipo de violência praticada por um homem no ambiente universitário (AVON/DATAPOPULAR, 2015). Vivenciar violência de gênero pode impactar negativamente a saúde física, mental e a permanência acadêmica da estudante (RANGANATHAN et al., 2021).

A literatura internacional ressalta que são importantes dois tipos de ações para enfrentar a violência na universidade: ações paliativas (depois que a violência aconteceu, como o cuidado com as vítimas) e ações preventivas (para evitar que a violência ocorra). Estudos internacionais destacam a importância do papel que o grupo de pares pode exercer como elemento de prevenção de violência (LANGE; GELDENHUYS, 2012; NAVARRO-MANTAS; VELÁSQUEZ, 2016; RACIONERO et al., 2020). Envolver os pares nas ações preventivas é muito importante, pois na juventude esse é o principal contexto de aprendizagem sobre as formas de se relacionar afetivo-sexualmente (LEADBEATER et al., 2008) e, em relação à violência de gênero, o grupo de pares pode atuar de duas formas: como fator de risco ou como fator de proteção. O grupo de pares atua como fator de risco à medida que aceita e justifica relacionamentos agressivos (LEADBEATER et al., 2008), e ao pressionar a jovem a fazer algo que ela não quer (como “ficar” ou transar com alguém, ingerir bebidas alcoólicas etc.) (COLLINS; WELSH; FURMAN, 2009; PUIGVERT et al., 2019). Por outro lado, os pares podem atuar como fator de proteção ao não normalizarem a agressão e a dominação nas relações, ao ser fonte de apoio em situação de violência/abuso sofrido (LEADBEATER et al., 2008) e ao ajudar a identificar relações não saudáveis e exercer solidariedade (PULIDO et al., 2014; RACIONERO et al., 2020).

Existem diferentes atuações efetivas reconhecidas internacionalmente para prevenção de violência, envolvendo os pares, como: *Bystander Intervention* – intervenção do espectador a favor da vítima e sem o uso da violência (COKER et al., 2011); promoção da reflexão e do diálogo entre as meninas sobre os conhecimentos científicos relacionados a

esse tema como mecanismo para o reconhecimento da violência e sua prevenção (PUIGVERT et al., 2019), como, por exemplo a “Tertúlia Feminista Dialógica” (PUIGVERT, 2016); e as redes de solidariedade às vítimas, composta por colegas e pessoas solidárias às vítimas (como por exemplo o movimento *Me too* nas universidades), que também são essenciais para que a vítima tenha orientação e apoio para que não fique isolada e se fortaleça para “quebrar o silêncio” (VALLS et al., 2016). Além disso, proteger quem apoia as vítimas é fundamental, pois as pessoas que apoiam as vítimas, geralmente, também sofrem algum tipo de retaliação – a chamada “violência de gênero isoladora” (VIDU et al., 2021).

As publicações nacionais que abordam a violência de gênero na universidade indicam a necessidade de mais pesquisas nacionais, sendo recentes as publicações nacionais sobre o tema, e com um foco diferente do que vem sendo publicado internacionalmente (que aborda mais o foco preventivo a partir de ações comunitárias) (MAITO et al., 2019; BELLINI; MELLO, 2022). Neste sentido, o objetivo da presente pesquisa foi identificar e analisar, de forma dialogada com estudantes universitárias brasileiras, como amigas(os) e grupo de pares – fator protetivo predominante nas pesquisas internacionais - podem atuar como fator de prevenção de violência de gênero no contexto universitário brasileiro. A hipótese foi que se encontraria também em contexto brasileiro a potência do grupo de pares na prevenção de violência, como indica a literatura internacional.

Metodologia

Como metodologia da pesquisa, o trabalho se baseia numa abordagem qualitativa, com base na Metodologia Comunicativa (GÓMEZ et al., 2006), orientada para compreender e transformar a realidade estudada, a partir de um diálogo igualitário com participantes. Possui dois elementos próprios de análise: as dimensões transformadoras e as dimensões excludentes. No caso da presente pesquisa, os elementos transformadores se referem aos elementos presentes nas relações entre pares que contribuem para a prevenção da violência de gênero, e os elementos excludentes se referem aos que impedem essa prevenção. Participaram da pesquisa 10 mulheres estudantes universitárias de diferentes universidades do estado de São Paulo, de 19 a 24 anos. Como técnicas de coleta de dados, foram desenvolvidos individualmente, com cinco das participantes, 5 relatos comunicativos de vida cotidiana, e dois grupos de discussão comunicativos, como momentos de diálogo com o coletivo participante sobre o tema, de forma remota, seguindo todos os procedimentos éticos de pesquisa. Para análise dos dados, foi realizada uma análise de conteúdo das falas transcritas, categorizando-as por temas, relacionando-os também às dimensões transformadoras e excludentes.

Resultados e Discussão

A partir da análise dos relatos comunicativos e dos grupos de discussão comunicativos, foram identificadas 6 categorias temáticas relacionadas à prevenção da violência de gênero e a relação entre grupo de pares. Para cada categoria, apresentamos os elementos excludentes e os elementos transformadores identificados a partir da análise, são elas:

a) Identificação da violência na universidade: essa categoria foi criada com o intuito de compreender se nos contextos das estudantes elas reconhecem a existência da violência,

de que formas a violência mais aparece e o que pode facilitar esse reconhecimento. Para esta categoria, foram encontrados 4 elementos transformadores e 10 elementos excludentes. Dos elementos excludentes, destacamos a violência que estudantes de cursos majoritariamente masculinos relatam sofrer em seu cotidiano, como desqualificação intelectual e assédio. Certos ambientes de festas e repúblicas foram mencionados como os contextos onde a violência sexual costuma ocorrer com mais frequência. Em relação aos elementos transformadores, destacamos dois deles: a importância do acesso aos conhecimentos relacionados aos tipos de violência contra mulheres e aos serviços de apoio existentes na universidade, e o diálogo entre amigas sobre este tema, que pode ser um facilitador para reconhecer a violência no contexto universitário e as informações sobre os suportes existentes às vítimas. O estudo de Valls et al. (2016) também identifica que as conversas entre pares são um fator-chave para a identificação da violência de gênero e, portanto, para ajudar em sua prevenção.

b) Pressão dos pares/discurso dominante coercitivo: esta categoria surgiu com o intuito de compreender se as participantes identificam se e como ocorre pressão por parte dos pares para que tomem determinadas atitudes ou, pelo contrário, como os pares atuam de forma a não exercer essa pressão e ajudar a superá-la. Para esta categoria, foram identificados 8 elementos transformadores e 13 excludentes. Como elementos excludentes, destacamos que o grupo de pares no contexto universitário pode exercer uma grande pressão para que as estudantes realizem ações que não desejam, como beber, ir às festas e ficar com pessoas. Em relação aos elementos transformadores, destacamos o papel que uma amizade sincera e respeitosa significa na possibilidade de exercer a autorreflexão e a escolha de não ceder à pressão e inclusive afastar-se de pessoas e lugares desrespeitosos.

c) Apoio da rede informal: esta categoria refere-se diretamente ao papel que colegas e coletivos podem ter como apoio em situações de violência na universidade, e para sua prevenção. Foram encontrados 25 elementos transformadores e 11 excludentes. Dos transformadores, destacamos o papel do grupo de pares como possível fator de proteção contra a violência, de diferentes formas: como primeiro canal de conselho sobre relacionamentos; no acolhimento e orientação em casos de violência; no acompanhamento em festas e atividades noturnas para evitar que alguma colega fique isolada e exposta a riscos; na possível intervenção ao testemunhar uma situação de risco ou de violência. Destacamos também a atuação das organizações estudantis vivenciadas pelas participantes, voltadas diretamente a apoiar estudantes em situação de violência. Tendo em vista que, em geral, é mais provável que uma pessoa que sofreu violência compartilhe sobre o ocorrido com uma amiga ou amigo próximo (BANYARD et al., 2010), quando é associada também à questão da distância das famílias, o apoio das amigas se torna ainda mais fundamental. Como elementos excludentes, destacamos a questão de que muitas vezes os pares não sabem como ajudar uma estudante em situação de violência ou oferecem um apoio ineficaz, mesmo com boas intenções. O receio de intervir em uma situação de violência, devido ao risco ou à possível retaliação também é algo a se destacar nos elementos excludentes. Conforme indicam Vidu et al. (2021), quase metade das pessoas acabam não ajudando uma pessoa vítima de violência por medo de sofrer retaliação. Esses elementos reforçam a importância de programas como o *bystander intervention* e a proteção a quem apoia a vítima.

d) Apoio da rede formal: refere-se às ações institucionais vivenciadas pelas participantes que podem ou não contribuir para a prevenção de violência de gênero no contexto universitário. Foram encontrados 3 elementos transformadores e 6 elementos excludentes. Dos elementos excludentes, destacamos a dificuldade de realizar a denúncia

formal da violência, pelo medo de retaliação e a sensação de impunidade. Também destacamos a falta de divulgação dos caminhos formais de apoio e de denúncia, e o não posicionamento explícito da universidade contra a violência. Destacamos como elemento transformador o papel que disciplinas que abordam violência de gênero podem ter nesse contexto. O papel do serviço de acolhimento às vítimas de violência sexual na universidade também apareceu como potencialmente transformador, corroborando o que indica Valls et al. (2016) sobre ser fundamental a criação, dentro da universidade, de espaços de suporte e assistência às vítimas.

e) *Atração e relacionamentos afetivo-sexuais*: essa categoria foi criada no intuito de compreender se e como o padrão de atração e as preferências nos relacionamentos afetivo-sexuais podem ser afetados pelo grupo de pares. Foram encontrados 6 elementos transformadores e 6 excludentes. Destacamos como elemento transformador a possibilidade que a reflexão e o diálogo com outras pessoas geram para repensar preferências e escolhas afetivo-sexuais na direção da não violência. Pulido et al. (2014) indicam que o diálogo entre amigas sobre seus relacionamentos afetivo-sexuais tem um impacto nas suas escolhas nesse âmbito. Assim, quanto mais positivas e de qualidade são as interações de amizade, tendem a ajudar no afastamento de relações violentas. Em relação aos elementos excludentes, destacamos a presença de crenças excludentes na socialização das estudantes (como a normalização da violência).

f) *Cultura/clima do campus*: no caso desta categoria temática, focalizamos o aspecto de como as e os estudantes relacionam-se uns com os outros na universidade, aliada a sensações compartilhadas de segurança ou desproteção no ambiente de seu campus. Foram encontrados 5 elementos transformadores e dois excludentes. Como elemento excludente, destacamos a sensação de desproteção nas redondezas físicas do campus e em certas repúblicas onde já se tem um histórico de casos de violência. A solidariedade feminina aparece como um importante elemento transformador, bem como a postura de amizade e respeito dos meninos estudantes da turma.

A síntese dos elementos permite reafirmar, para o contexto universitário brasileiro estudado, o pressuposto visto nas pesquisas internacionais de que as boas interações de amizade e do grupo de pares podem atuar como fator de prevenção de violência de gênero. Assim como pesquisas internacionais já indicam, no contexto brasileiro o diálogo entre pares e o fomento do sentimento de amizade e de um clima de solidariedade a favor da vítima também se destacam como potentes elementos na prevenção e enfrentamento da violência na universidade. Diante desses resultados, vale ressaltar, conforme indicam Joanpere et al. (2022), que o papel da rede informal de apoio às vítimas de violência não anula o papel da rede formal, organizada pela própria universidade. A atuação da rede informal pode gerar impacto nas estruturas da universidade, melhorando-a.

Considerações Finais

Diante do alto índice de violência contra meninas e mulheres no Brasil e no mundo, ações para a prevenção de violência tornam-se fundamentais. A violência também ocorre nas universidades, e diante deste desafio, pesquisas internacionais indicam o papel-chave que o grupo de pares exerce em programas de prevenção de violência de gênero. Nessa direção, esta pesquisa demonstrou que em contexto universitário brasileiro as amigas e colegas podem atuar como fator de prevenção de violência de gênero, a partir de elementos

como a solidariedade feminina, a atuação a favor das vítimas e não tolerância da violência, e o diálogo sincero a respeito dos relacionamentos afetivo-sexuais. As atuações de prevenção precisam estar pautadas em evidências científicas, e muitas atuações efetivas já têm mostrado potência em diminuir e prevenir a violência no contexto universitário.

Referências

BANYARD, V. L., MOYNIHAN, M. M., CROSSMAN, M. T. Reducing sexual violence on campus: The role of student leaders as empowered bystanders. **Journal of College Student Development**, v. 50, p. 446-457, 2010. [doi:10.1353/csd.0.0083](https://doi.org/10.1353/csd.0.0083).

BELLINI, Daniela; MELLO, Roseli R. As contribuições científicas para a prevenção e superação da violência de gênero nas universidades. In: ALMEIDA, Tania Mara Campos de; ZANELLO, Valeska (org.). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022. p. 325-255. Disponível em: <https://ufmt.br/ecco/2022/01/15/panoramas-da-violencia-contra-mulheres-nas-universidades-brasileiras-e-latino-americanas/>

COKER, A. L., COOK-CRAIG, P. G., WILLIAMS, C. M., FISCHER, B. S., CLEAR, E. R., GARCIA, L. S., HEGGE, L. M. Evaluation of Green Dot: An Active Bystander Intervention to Reduce Sexual Violence on College Campuses. **Violence Against Women**, v. 17, n. 6, p. 777–796, 2011.

COLLINS, W. A., WELSH, D. P., FURMAN, W. Adolescent romantic relationships. **Annual Review of Psychology**, p. 631-652, 2009.

GÓMEZ, Jesus; LATORRE, Antonio; SÁNCHEZ, Montse; FLECHA, Ramon. **Metodologia comunicativa crítica**. Barcelona: El Roure Editorial S. A., 2006.

INSTITUTO AVON. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. São Paulo: Instituto Avon/Data Popular, 2015. Disponível em: http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf. Acesso em 11 out. de 2021

JOANPERE, Mar. El #MeToo Universidad alza la voz en todas partes. **El Diario Feminista** [online], 4, fevereiro, 2022. Disponível em: <https://eldiariofeminista.info/2022/02/04/el-metoo-universidad-alza-la-voz-en-todas-partes/>. Acesso em: 29, maio de 2022.

LANGE, Naydene; GELDENHUYS, Mart-Mari. Youth envisioning safe schools: A participatory video approach. **South African Journal of Education**, v. 32, n. 4, p. 494-511, 2012.

LEADBEATER, B. J. *et al.* Victimization and relational aggression in adolescent romantic relationships: The influence of parental and peer behaviors, and individual adjustment. **Journal of Youth and Adolescence**, v. 37, n. 3, p. 359–372, 2008.

MAITO, Deíse Camargo *et al.* Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online]. v. 23, 2019. [Acessado 5 janeiro 2022]. Disponível em: . ISSN 1807-5762.

NAVARRO-MANTAS, L.; VELÁSQUEZ, M. J. Herramientas para prevenir la violencia de género: implicaciones de un registro diario de situaciones de desigualdad de género. **Acta Colombiana de Psicología**, v. 19, n. 2, p. 149-158, 2016.

PULIDO, C., ELBOJ, C., CAMPDEPADRÓS, R.; CABRÉ, J. Exclusionary and Transformative Dimensions: Communicative Analysis Enhancing Solidarity Among Women to Overcome Gender Violence. **Qualitative Inquiry**, v. 20, n. 7, p. 889–894, 2014. <https://doi.org/10.1177/1077800414537212>

PUIGVERT, Lidia. Female University Students Respond to Gender Violence through Dialogic Feminist Gatherings. **International and Multidisciplinary Journal of Social Sciences**, v. 5, n. 2, p. 183-203, 2016. ISSN 2014-3680. Disponível em: <<https://hipatiapress.com/hpjournals/index.php/rimcis/article/view/2118/1779>>. doi:<http://dx.doi.org/10.17583/rimcis.2016.2118>

PUIGVERT, L. *et al.* Girls' perceptions of boys with violent attitudes and behaviours, and of sexual attraction. **Palgrave Communications**, v. 5, n. 1, p. 56, 2019.

RACIONERO-PLAZA, S., UGALDE, L., MERODIO G., GUTIÉRREZ-FERNÁNDEZ N. Architects of Their Own Brain. Social Impact of an Intervention Study for the Prevention of Gender-Based Violence in Adolescence. **Front. Psychol.** v. 10, n.3070, p. 1-18, 2020.

RANGANATHAN M, WAMOYI J, PEARSON I, *et al.* Measurement and prevalence of sexual harassment in low- and middle-income countries: a systematic review and meta-analysis **BMJ Open**, v. 11, 2021. doi: 10.1136/bmjopen-2020-047473.

VALLS, R., PUIGVERT, L., MELGAR, P., GARCIA-YESTE. Breaking the Silence at Spanish Universities: Findings From the First Study of Violence Against Women on Campuses in Spain. **Violence Against Women**, v. 22, n.13, p. 1519–1539, 2016. <https://doi.org/10.1177/1077801215627511>.

VIDU, A., PUIGVERT, L., FLECHA, R., LÓPEZ DE AGUILETA, G. The Concept and the Name of Isolating Gender Violence. **Multidisciplinary Journal of Gender Studies**, v. 10, n. 2, p. 176-200, 2021. doi: 10.17583/generos.2021.6975

WHO. World Health Organization. **Violence against women prevalence estimates, 2018**: global, regional and national prevalence estimates for intimate partner violence against women and global and regional prevalence estimates for non-partner sexual violence against women. Geneva: World Health Organization; 2021. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240022256>

[i] Pesquisa financiada pelo CNPq, Processo nº 405277/2021-0

[ii] A violência de gênero atinge tanto homens quanto mulheres, como se verifica no caso da violência contra membros da comunidade LGBTQI+ que são vítimas de todo tipo de agressão. Contudo, historicamente a violência masculina contra as mulheres é a que tem se constituído como fenômeno de maior destaque, já que ela não manifesta apenas como fenômeno estruturado pela organização social de gênero nas sociedades contemporâneas, mas também como fator estruturante dessas sociedades. (SARDENBERG; TAVARES, 2016, p. 8).

[iii] Por se tratar de uma pesquisa documental, não foi necessário submetê-la ao Comitê de Ética. O uso de formulário e e-mail foram estratégias usadas para a confirmação de dados ou a indicação de links para coleta de informações não encontradas. Contudo, a pesquisa observou as questões da ética em pesquisa, conforme os debates que vêm ocorrendo na ANPED.

[iv] Estima-se ampliar essa discussão com o processo de conclusão do mapeamento em andamento que incluem Universidades Estaduais da Região Sul e Sudeste do Brasil.

[\[v\]](#) Com base em um estudo que mapeia as notícias sobre as violências de gênero no contexto universitário.